

HOMOFOBIA NAS ESCOLAS DE ZONA RURAL E URBANA: EXPERIÊNCIAS DE JOVENS ASSUMIDAMENTE GAYS

José Kasio Barbosa da Silva; Marcos Andrade Alves dos Santos; Daniele Gruska Benevides Prata

Universidade Estadual do Ceará – UECE, jose.kasio@aluno.uece.br; Universidade Estadual do Ceará – UECE, marcos.andrade@aluno.uece.br; Complexo Hospitalar Universidade Federal do Ceará – UFC - Hospital Universitário Walter Cantídeo – HUWC, daniele.gruska@uece.br.

Resumo

A homofobia se manifesta em toda parte nas estruturas da escola, desde as mais sutis violências quase não perceptíveis na visão das vítimas até as mais explícitas no sentido pleno da palavra, sejam em escolas de centros urbanizados ou escolas rurais. A homofobia possui caráter ostensivo e a questão que se insurge é tentar compreender como acontecem as agressões, como elas se sustentam e como a produção do preconceito se perpetua em um grupo social. Este trabalho objetiva identificar a construção de homofobias em contextos escolares distintos. Analisando se existiam ações de combate ao preconceito e quais estratégias eram adotadas para o enfrentamento da homofobia. Utilizamos a pesquisa bibliográfica para o conhecimento do que a literatura apresenta sobre o fenômeno investigado, realizamos uma pesquisa de campo qualitativa, e construímos um estudo de caso através de entrevistas semi-estruturadas. Os entrevistados apontam que o preconceito contra homossexuais assumidos é mais forte e violento nas escolas de zona rural que frequentaram. Enquanto isso, os sujeitos apresentam que na escola de zona urbana, existe uma maior facilidade de experimentarem suas identidades e suas sexualidades. As trajetórias escolares dos sujeitos desta pesquisa possuem muitas características em comum quando relacionadas às experiências de preconceito, discriminação ou injúria nas escolas que frequentaram (na zona rural e urbana). Esta pesquisa, em contextos escolares distintos, em escolas de zona rural e urbana, identifica a construção da homofobia, por meio dos relatos proferidos pelos entrevistados que trazem ao discurso ferramentas de exclusão, permissão do preconceito, disciplinarização dos corpos, invisibilização que estes sujeitos homossexuais são obrigados a passar dentro do âmbito escolar.

Palavras-chave: Homofobia; Escolas rurais e urbanas; Homossexualidades.

INTRODUÇÃO

A escola como uma instituição e espaço de ensino-aprendizagem e desenvolvimento das capacidades físicas e cognitivas e da construção de sujeitos sociais, assim é um espaço que produz as desigualdades de gênero, sexo, etnia, classe e também é um espaço que fabrica a homofobia. Ser um sujeito assumido politicamente durante o período colegial é um desafio. Desafio este que se torna doloroso rotineiramente na vida do estudante gay.

Conforme expressa Junqueira (2012) a escola é um ambiente violento para quem se revela diferente do padrão construído para sexualidade – o heterossexual – sejam em escolas de centros urbanizados ou escolas rurais. Essa violência pode ser compreendida como agressão velada ou explícita, porém independente da forma como se manifesta, estigmatiza, gera marcas, cicatrizes,

lembranças quase nunca apagadas na mente daqueles sujeitos que passaram por tais situações durante o período colegial. E quase sempre silenciada pela escola fugindo da problematização e de “problemas” maiores com as famílias.

Para Borrillo (2010) a homofobia é tratada como algo familiar, até mesmo consensual, sendo assim, a família viceja condições para a gênese e expansão do discurso homofóbico. E mais que a hostilidade do cristianismo é fundamental para a organização social homofóbica.

A emergência da homofobia no espaço escolar torna extremamente difícil que um jovem homossexual consiga se assumir e viver com segurança nele (LOURO, 2000). Esse fator quase sempre é percebido com maior intensidade em cidades do interior, onde a formação religiosa e o apelo à família são reiterados em todos os espaços sociais. Uma de suas consequências consiste em marcar a subjetividade homossexual pelo estigma, produzindo a perspectiva da migração para cidades maiores, na esperança que o deslocamento oportunize um modo de vida em que a injúria não seja tão presente (ERIBON, 2008).

Quando se trata de cidades interioranas, o preconceito de gênero é mais evidente, embora as formas de agressão possam ser configuradas por mecanismos diferentes, inclusive na intensidade e nas argumentações. Se a homofobia em conjunto com o sexismo comporta mecanismos de sustentação do regime binário de sexo e gênero, ela vem a se tornar guardiã das principais dicotomias da nossa sociedade (BORRILLO, 2010). Assim, a homofobia possui caráter ostensivo e a questão que se insurge é tentar compreender como acontecem as agressões, como elas se sustentam e como a produção do preconceito se perpetua em um grupo social.

Na escola de zona rural, onde os valores cultivados são muito próximos ou análogos aos proliferados na igreja, o preconceito contra jovens e adolescentes homossexuais fundamenta-se, quase sempre no discurso do pecado ou da antinatureza da homossexualidade. Nesta escola, os processos de desumanização de subjetividades gays ocorrem através de olhares, discursos, silenciamentos, perseguições (chutes, trancamentos nos banheiros, empurrões) ou também através de espetáculos de revelação forçadas (JUNQUEIRA, 2010). Todos os corpos são vigiados, pois espera-se a heterossexualidade de cada um e quando esta é desconfirmada por algum acontecimento, o investimento da escola se modifica para corrigir este corpo dissonante, como última alternativa, a invisibilização do sujeito diferente.

O assumir-se gay durante o período de ensino básico é um desafio amplo, pois engloba uma política afirmativa para o enfrentamento das normas heterossexistas estabelecidas no contexto escolar, a negação da imposição e produção da heteronormatividade no corpo, no pensamento. Assumir-se gay implica considerar uma educação que atenda a toda diversidade que existe no âmbito escolar.

A produção deste artigo é relevante no aspecto social e acadêmico por possibilitar a discussão e problematização de estratégias para o enfrentamento da homofobia contra sujeitos assumidamente gays no espaço escolar, sejam elas úteis em escolas de cidades interioranas ou urbanizadas. Decidimos tratar esse assunto por considerarmos de fundamental importância discutir a homofobia como produção social que ocorre na escola, utilizando o arsenal de produção científica que existe sobre o tema. Neste sentido, tornar o debate cada vez mais constante e visível nos setores sociais é crucial para que se veja a homofobia como um problema que afeta a todos, e não somente a população LGBTTT.

Deste modo, o presente trabalho tem como objetivo principal identificar a construção de homofobias em contextos escolares distintos, para tanto investigamos uma escola localizada no meio urbano e uma segunda no meio rural, analisando se existiam ações de combate ao preconceito e quais estratégias eram adotadas para o enfrentamento da homofobia.

Em um primeiro momento, abordaremos a complexidade do conceito de homofobia, seguido da escola como normalizadora de gêneros, em escola de zona urbana e escola de zona rural. No terceiro momento iremos apresentar os dados coletados das entrevistas com sujeitos assumidamente gays no ambiente escolar, bem como a discussão da problemática dos resultados.

1. Homofobia: Refletindo a abrangência do conceito

Torna-se reducionista pensar na homofobia somente como um sentimento de ódio, repulsa, rejeição, estigma, aversão aos homossexuais deixando à margem o abrangente conceito político e cultural do preconceito homofóbico às outras sexualidades, que também fogem das normas implantadas pelas relações de poder hierarquizantes das sexualidades. Entendê-la assim, portanto, implica limitar a compreensão do fenômeno, deixando de lado o debate sobre as instituições dos setores sociais que não concerniriam a isso. Aqui, em específico, optamos pela definição de Borrillo (2001) que define a homofobia como:

Como a hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica do sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hétero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas. (BORILLO, 2010, p. 34).

Contribuindo com Borrillo (2010), Junqueira (2007) problematiza o conceito de homofobia partindo da relação entre a homofobia e outros fenômenos, notadamente os que se relacionam com a pobreza, a cor e ao gênero. Débora Britzman parece tomar semelhante perspectiva ao elucidar que a sexualidade é atravessada por inúmeros marcadores sociais. Assim, como um dinâmico arsenal de normas, injunções disciplinadoras e disposições de controle, Junqueira refere que:

A homofobia, transcende tanto aspectos de ordem psicológica quanto a hostilidade e a violência contra pessoas homossexuais (gays e lésbicas), bissexuais, transgêneros (especialmente travestis e transexuais) etc. (JUNQUEIRA, 2007, p. 53).

Nos deparamos com um aparelho binário, disciplinador no qual a heterossexualidade só poderia ganhar expressão social por meio do gênero considerado “naturalmente” adequado a determinado sexo biológico. Este processo implica necessariamente na diminuição e abjeção de qualquer outra sexualidade que se expresse como antagônica à heterossexualidade, nestas circunstâncias, o modo de vida gay é suprimido de seu valor e adquire uma subcidadania ou um status político inferior.

Tomemos como quadro de referência a experiência dos gays afeminados: certamente serão subjetividades mais discriminadas exatamente por exibirem atributos imediatamente relacionados ao conceito hegemônico de “feminino”. A partir de Bourdieu (2002), podemos entender que a dominação masculina refere-se a subordinação da mulher ao homem no tecido social. Isso implica em que suas diversas características sejam diminuídas, enquanto a experiência masculina é centralizada e legitimada como superior. Neste contexto a experiência gay afeminada é perseguida por se aproximar do feminino, e o feminino culturalmente instituído é uma experiência subalterna. Pode-se afirmar, nestas circunstâncias, que o homossexual masculino afeminado é marcado por um duplo estigma: o do gay e o da mulher.

Pensar a homofobia requer uma ampla capacidade de compreensão dos seus múltiplos aspectos e dos seus efeitos no tecido social. Assim é imprescindível que a homofobia seja

compreendida como fenômeno político e social, que exerce seu poder sobre todos, mesmos os não heterossexuais, como nos faz compreender Prado e Machado (2012).

2. A escola como produtora de normas de gênero: na escola do interior e a escola da zona urbana

Segundo Louro (1997) a escola atua na produção de “diferenças”, “distinções” e também de “desigualdades”, pois como uma instituição social ela “ produz isso” (p. 57). Um disciplinamento diário de corpos à docilidade, para que suas sexualidades se normalizem à referência “normal”, a própria heterossexualidade. Logo, normas de gênero são estabelecidas no ambiente escolar privando possibilidades de vivências de outras sexualidades e gêneros numa tentativa de tornar invisível o sujeito que não se enquadra no que é heteronormativo.

Dessa maneira, ainda conforme Louro (1997, p. 43) “no interior das redes de poder, pelas trocas e jogos que constituem o seu exercício são instituídas e nomeadas as diferenças e desigualdades”. Ou seja, categorizações que são produzidas, desde sexualidade, gêneros binários, etnia, classe... e a escola fabrica essas categorias através de relações de poder e hierarquização desde os anos iniciais escolar. Junqueira (2009) discute que a escola além de produtora incansável de conhecimento, ela também (re) produz “padrões sociais”, mantendo “concepções, valores e clivagens sociais”, produzindo sujeitos, legitimando “relações de poder, hierarquias, e processos de acumulação”. Reiterando as normas vigentes e hegemônicas de uma cultura androcêntrica, na qual sujeitos homossexuais são subalternizados e invisibilizados.

Desse modo, há a negação dentro do espaço escolar da legitimidade das homossexualidades, conseqüentemente, os coloca em situação de vulnerabilidade, marcados pelo estigma e opressão, fazendo com que se reconheçam como o outro, o negado, o desviado. Conforme Filho (2008) e Marretto (2008) “[...] Parece que a escola não tem conseguido realizar a sua tarefa de educação para cidadania e direitos humanos, sejam nas capitais, seja no interior, já que não consegue conter a onda de exclusão que a constitui.” (p. 144).

A educação desenvolvida na escola não consegue abarcar a diversidade. Um questionamento importante diz respeito ao desenvolvimento de práticas educativas pautadas nas orientações dos direitos humanos. Junqueira (2012) ressalta que os homossexuais passam por processos de desumanização na escola, destituídos de sua humanidade não são plenamente reconhecidos, logo o preconceito que os persegue é produzido e incentivado nos aparelhos escolares. Porque a escola se nega a reconhecer a cidadania LGBT?

METODOLOGIA

A abordagem metodológica utilizada neste trabalho foi inicialmente a pesquisa bibliográfica para o conhecimento do que a literatura apresenta sobre o fenômeno investigado. Para Gil (2008) a pesquisa bibliográfica ocorre através da análise de material que já se encontra produzido.

Além da pesquisa bibliográfica, foi conduzida uma pesquisa de campo qualitativa que oportunizou a confecção desse estudo de caso. Minayo (2009) conceitua a pesquisa qualitativa como a atividade científica que tem por interesse a compreensão profunda de determinado grupo social, e não apenas está preocupada com as variáveis numéricas.

O estudo de caso permite a avaliação de um fenômeno em particular, com características específicas de um grupo. Assim, ao analisar essa estrutura de um grupo específico, é possível compreender as facetas inerentes a esse grupo, o que não necessariamente pode ser utilizado para descrever outros fenômenos semelhantes em grupos com características parecidas. Marconi e Lakatos (2011, p. 274) consideram que o “estudo de caso refere-se ao levantamento com mais profundidade de determinado caso ou grupo humano sob todos os seus aspectos”. Vergara (1998) destaca que o estudo de caso pode ser:

“Circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como uma pessoa, uma família, um produto, uma empresa, um órgão público, uma comunidade ou mesmo um país. Tem caráter de profundidade e detalhamento. Pode ou não ser realizado no campo.”
(VERGARA, 1998, p. 47)

Dessa maneira, podemos dizer que a pesquisa em questão obteria mais desdobramentos e conduziria a conclusões mais fidedignas com a utilização das ferramentas metodológicas escolhidas, uma vez que o universo pesquisado está restrito a um grupo. O grupo investigado constitui-se de sujeitos assumidamente gays no espaço escolar, que frequentaram ou ainda frequentam instituições de ensino na zona rural e na zona urbana, são pessoas com características distintas, atravessados por múltiplos marcadores identitários: negros, de origem social pobre, que atualmente reside em uma cidade interiorana.

Como estratégia para resguardar a identidade dos participantes, foram atribuídos codinomes, o que possibilitou uma maior segurança e confiança dos sujeitos pesquisados. Para compreender a dimensão do fenômeno estudado, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas onde as temáticas Homofobia, Escola e Espaço urbano e espaço rural foram tratadas com o devido espaço para os

entrevistados se posicionarem e complementarem as suas falas de acordo com o que foi acertado nas entrevistas e com assuntos que acharam pertinente de abordagem. Queiroz (1988) estabelece que a entrevista semi-estruturada acontece a partir da interação continuada entre entrevistador e entrevistado, mas que a distinção entre estes se dá pelo fato de que o entrevistador possui objetivos definidos na conversação. Portanto, a entrevista semi-estruturada é uma excelente ferramenta de coleta de dados, porque oportuniza tratar de assuntos previamente pautados, sem se fechar para outros tipos de informação que possam emergir quando do diálogo com os entrevistados. Com o grupo empírico investigado ocorreram entrevistas gravadas em áudio em média de 40 minutos, cada uma. Os pesquisadores no momento da transcrição respeitaram ao máximo as falas registradas dos entrevistados, organizando os dados de acordo com os objetivos da pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Investigando sujeitos auto afirmado homossexuais no contexto escolar e que estudaram em escolas diferentes – tanto localizadas em zona rural, como em zona urbana – encontramos diferenças e também semelhanças nos processos de construção da homofobia e na atuação das escolas frente a esta questão.

Os indivíduos entrevistados quando questionados sobre suas vivências no ensino básico e se tiveram experiências de preconceito, discriminação ou injúria nas escolas que haviam frequentado (na zona rural e urbana), constroem relatos em que a homofobia aparece de forma latente ou explícita, nas relações com os alunos, com os professores e com a gestão escolar. Entretanto, todos apontam que o preconceito contra homossexuais assumidos é mais forte e violento nas escolas de zona rural que frequentaram.

Enquanto isso, os entrevistados apresentam que na escola de zona urbana, existe uma maior facilidade de experimentarem suas identidades e suas sexualidades. Isso se deve ao fato de que é possível constituírem grupos nos quais encontrem apoio, defesa e segurança no enfrentamento da homofobia.

“No ensino médio, escola de zona urbana, eu ter já essa auto aceitação, ter uma identidade mais forte, mais firme, isso acaba que...meio que...fazendo com que as pessoas fujam desses ataques. Porque na nossa sala, eu me uno com os meus outros colegas homossexuais, a gente forma, meio que uma liga” (Roberto).

Nesta perspectiva, Prado e Machado (2012) afirmam que a experiência gay se torna possível como uma experiência legítima, quando os indivíduos conseguem criar sentimentos de pertença com determinados grupos sociais, os quais contribuem para a elaboração de significados

positivos em relação à homossexualidade. É exatamente nestes termos que os entrevistados demarcam as alianças que constroem com outros gays e com as meninas nas escolas de zona urbana.

As trajetórias escolares dos sujeitos desta pesquisa possuem muitas características em comum quando relacionadas às experiências de preconceito, discriminação ou injúria nas escolas que frequentaram (na zona rural e urbana). É unânime a compreensão de que a homofobia afeta com maior intensidade aos gays afeminados, em suas falas aparece sentenças, como “[...] *o que somos, principalmente os gays afeminados somos o alvo do preconceito, né?*” (André); em outro trecho vemos que a relação entre a feminilidade e homossexualidade é conjugada na cultura escolar por uma palavra que está presente nos discursos dos três entrevistados: “*Porque dentro da escola muitos meninos já tem uma concepção de querer atacar aquele menino por ele ser mais afeminado, é mais ‘viadinho’ como eles chamam*” (Roberto).

Esse dado corrobora empiricamente as afirmações de Miskolci (2013) quando este relaciona que a percepção dos professores é de que na escola os mais afetados pela injúria e outras formas de violências são os indivíduos que assumem um gênero diferente do esperado, como meninos femininos e meninas masculinas. Neste sentido, a homofobia atua na construção das normas de gênero e produz normas que vigiam e controlam os corpos, e persegue os que menos se adequam as exigências heteronormativas. Assim, homens, mulheres e quaisquer que não estiverem plenamente adequados com as expectativas de gênero são potencialmente alvos de violência.

Expressões como “*viadinho*” utilizado pelo entrevistado recupera um ato de injúria através do qual um lugar diminuído é atribuído ao sujeito ao qual se direciona, enquanto outro superior é condicionado ao enunciador. Eribon (2008) reflete que essas sentenças produzem efeitos profundos na consciência do indivíduo, exatamente pela sua capacidade de assimilar e reduzir, desqualificar sua existência.

A postura dos entrevistados na escola de zona rural revela experiências próprias ao armário gay (SEDGWICK, 2007). Por exemplo: “*Mas no Fundamental eu era mais reservado, tinha medo, tinha aquele medo, não queria*” (Tiago). O armário, para os entrevistados é utilizado na escola de zona rural como dispositivo que esconde a experiência homossexual e que ao tornar a homossexualidade invisível para os demais impede que sejam alvos imediatos da violência. Na escola de zona urbana todos relataram viver abertamente sua sexualidade, ainda que em alguns casos “*questões mais formais*” (Roberto) seja necessário modificar a postura e evitar o preconceito.

Os laços constituídos na organização coletiva, e o reconhecimento da subjetividade gay implicam empoderamento, um “auto-aceitação” e afirmação identitária, embora que a presença do armário seja necessária em determinados momentos da vida. Afirma Sedgwick (2007) que “mesmo num nível individual, até entre as pessoas mais assumidamente gays há pouquíssimas que não estejam no armário com alguém que seja pessoal, econômica ou institucionalmente importante para elas” (p. 22).

Ao serem perguntados sobre como percebem a atitude das escolas diante das situações de homofobia, os sujeitos de pesquisa relatam em seus discursos que a escola exercia um duplo papel, de um lado intervém quando ocorrem episódios que chegam ao conhecimento da gestão, e do outro engloba as práticas homofóbicas como lugar de cultivo, de concessão.

“Eles fingiam que se importavam, eles fingiam que defendia a gente, ai ele gritava aqui, ele meio fingia que gritava, ele repudiava comportamento do aluno, tudo uma farsa, quando ele dava as costas ele meio que dava autoridade e a permissão para o aluno continuar a praticar, ai eu tinha ódio disso”. (André).

Desse modo, Louro (1997) afirma que a instituição escolar, de maneira sutil, quase imperceptível, produz as desigualdades de gênero, sexo, etnia, classe social e entre outros. Na escola de centro urbano ou rural, algumas práticas soam idênticas, relatos como: “*A escola chamava a atenção, mas as pessoas sempre repetia aí eu não quis mais dizer porque não adiantava*” (Tiago), nos dizem sobre a existência destes corpos. Dessa maneira, podemos perceber que os casos nem chegam na direção, das diversas vezes, pelo medo, pelo silenciamento dos professores por preferirem não discutir o assunto, pela carência de uma formação pautada na mediação de conflitos.

Ao serem questionados com qual sexualidade se identificavam nas escolas que frequentaram – sejam em zona rural ou urbana – e se conseguiram viver suas sexualidades homoeróticas nos anos que estiverem na escola, os sujeitos da pesquisa, trazem em seus depoimentos a perspectiva da auto aceitação, o reconhecimento de sua subjetividade gay e a organização coletiva como caminhos para superar o preconceito nas zonas pesquisadas. Eles demarcam essas experiências apenas no terreno da escola de zona urbana, pois foi onde se foi possível o afrouxamento do regime normalizador e das técnicas de controle da subjetividade gay: “*Agora no meu ensino médio, na zona urbana, não é difícil, longe disso é libertador você ser quem você é e mostrar para as pessoas o que você realmente é.*” (Roberto).

A violência homofóbica cotidiana que marca as vozes dos entrevistados, nos fazem concordar com Sharma (2008) e defender a compreensão de que a heteronormatividade é uma violação aos direitos humanos. É preciso propor debates em que a escola reconheça seu papel na

produção dos regimes heteronormativos. E neste espaço privilegiado poderíamos pensar em pedagogias em que a diferença seja valorizada e a diversidade seja amplamente respeitada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entendemos a homofobia como um fenômeno político e cultural, que emerge de um constructo ideológico, como afirma Borrillo (2001) na consistência da promoção contínua de uma forma de sexualidade pela negação e deslegitimação de outra, a homofobia hierarquiza sexualidades e, dessa maneira, extrai ‘consequências políticas’. Embora não possamos dizer que em nenhum momento a escola deixou de normalizar os corpos que escapam aos esquemas, no entanto, também devemos ter clareza que ela é fabricante das homofobias e que exerce um papel importante na construção de sujeitos heteronormatizados. E essa instituição social, tanto no espaço urbano quanto no rural, exerce múltiplos papéis da produção de preconceitos contra LGBTs, alguns mais sutis quase imperceptíveis e outros explícitos e traumatizantes.

Esta pesquisa, em contextos escolares distintos, em escolas de zona rural e urbana, identifica a construção da homofobia, por meio dos relatos proferidos pelos entrevistados que trazem ao discurso ferramentas de exclusão, permissão do preconceito, disciplinarização dos corpos, invisibilização que estes sujeitos homossexuais são obrigados a passar dentro do âmbito escolar. E para os sujeitos assumidamente gays torna-se mais desafiador viver num espaço educativo e formativo que os vigia e que os pune quando desviados da norma heterossexual, pois representam uma ameaça à “normalidade” produzida dentro da escola.

As experiências dos sujeitos entrevistados nos falam das pedagogias que constroem corpos heterossexualizados e tentam desconstruir os corpos que não se enquadram nesse modelo, punindo de forma explícita e também velada qualquer tentativa de subverter uma ordem heteronormativa instituída no espaço escolar. Assim, as experiências como alvo da homofobia, são comuns aos sujeitos investigados e num nível mais amplo poderíamos afirmar que marcam a vida de muitos sujeitos homossexuais, como apresenta a pesquisa realizada pela UNESCO (2013).

Há ainda muita negligência na formação e no planejamento dos professores e da escola no que se refere ao reconhecimento da cidadania e dos direitos LGBTs, sejam de zonas urbanas ou rurais. Medidas equivocadas são tomadas, como abster-se de embates associada a não problematização dos atos de injúria pela coordenação pedagógica, o silenciamento de atos homofóbicos, excluindo as possibilidades da criação de debates e discussões que levassem a

conscientização e formação da compreensão das diversidades e dos vários modos de vivenciar a sexualidade, produzindo uma coletividade capaz de compreender o outro na sua individualidade como um sujeito único.

Se tomamos o conhecimento das homossexualidades no contexto escolar, se reconhecermos os direitos de legitimidade da liberdade de expressão e das formas de sexualidade que fogem ao modelo heteronormativo e se tomamos medidas de equidade dentro do espaço escolar, somos capazes de quebrar a barreira dos preconceitos exercidos pelas relações de poder e desigualdade de gêneros, além da inclusão e redução da evasão escolar por alunos homossexuais, e tornar a escola ambientes feitos para todos e não todos feitos – para não dizer produzidos – pela escola como uma única forma de ser, de pensar, de agir e de vivenciar uma única sexualidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORRILLO, D. **Homofobia história e crítica de um preconceito**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**; Tradução Maria Helena Kuhner. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BUTLER, J. **Cuerpos que importam**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

BRASIL, Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais** Vol. 10.5 – Orientação sexual / secretaria de Educação Fundamental – Brasília; MEC/SEF. 1998 146P.

BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade e Currículo**. Termo In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 24-60.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay**. Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FILHO, F. S. T; MARRETTO, C. A. R. **Apontamentos sobre o atentar contra a própria vida, homofobia e adolescências**. Revista de Psicologia da UNESP, 7 (1), 2008.

FIPE, MEC, INEP, **Relatório Final do Projeto de estudos sobre ações discriminatórias no ambiente escolar**. São Paulo, 2009. Disponível em portal.mec.gov.br/documentos/relatoriofinal.pdf. Acesso em 18 abr. 2016.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** / Antônio Carlos Gil. – 6. Ed. – SÃO Paulo: Atlas, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. **Diversidade sexual na educação : problematizações sobre a homofobia nas escolas/** Rogério Diniz Junqueira (organizador). - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, R.D. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico.** Espaço do Currículo, v.2, n.2, p.208-230, 2010.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas.** Revista Bagoas: estudos gays 1 (1), 145-66. 2007.

JUNQUEIRA, R. D. **Pedagogia do armário e currículo em ação: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar.** MISKOLCI, Richard (Org) Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012. (Série Sexualidades e Direitos Humanos).

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro – Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

LOURO, G. L. (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

MARCONI, M. de A; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

PRADO, M. A. **Preconceito contra homossexualidades: a hierarquia da invisibilidade** / Marco Aurélio Máximo Prado, Frederico Viana Machado. -2. Ed- São Paulo: Cortez, 2012. – (Coleção Preconceitos; v:5).

QUEIROZ, M. I. P. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”.** In: VON SIMSON, O. M. (org. e intr.). Experimentos com histórias de vida (Itália-Brasil). São Paulo: Vértice, Editora Revistas dos Tribunais, Enciclopédia Aberta de Ciências Sociais, v.5, 1988. p. 68-80.

SEDGWICK, E. K. **“A epistemologia do armário”.** *cadernospagu*, Campinas, n. 28, pp. 19-54, jan./jun. 2007.

SHARMA, J. **Reflexões sobre a linguagem dos direitos de uma perspectiva queer.** In: CORNWALL, Andrea; JOLLY, Susie (Orgs.). *Questões de sexualidade.* Rio de Janeiro: Abia, 2008, pp. 111-120.

UNESCO, **Resposta do Setor de Educação ao Bullying homofóbico.** – Brasília: UNESCO, 2013. 60p.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de pesquisa em administração.** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1998.